

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XI - Nº 179 - 21ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 1999 - R\$ 1,00

O funcionalismo de São Paulo não pode mais esperar: Só a greve geral será capaz de derrotar o confisco imposto por Covas.



*Covas toma uma ovada
em manifestação em SP*

- O combate efetivo ao governo se faz é com a luta direta
- O parlamento não removerá FHC nem atenderá as reivindicações
- As CPIs são todas uma farsa
- Separar as reivindicações dos explorados das dos exploradores
- Organizar a greve geral pela derrubada do plano de fome de FHC
- Construir a aliança operário-camponesa
- Por em pé a Frente Única Antiimperialista



**Metalúrgicos: O "festival de greves" não levará a nada.
O caminho é:
GREVE POR TEMPO INDETERMINADO
COM OCUPAÇÃO DE FÁBRICA**

**ABAIXO FHC e
FORA O FMI !**

**Pela autodeterminação
do Timor Leste**

**Todo apoio à greve
dos PMs da Paraíba**

Fora com a perseguição política na Apeoesp! Retirada imediata do processo!

Quinzena de luta do movimento operário

Quebrar o arrocho salarial

Os organismos de pesquisa econômica, instrumentos da burguesia, reconhecem que o arrocho salarial tem imposto grandes perdas aos assalariados. Mas não é preciso desta confirmação para se saber disso. Basta que seja assalariado e logo se verá que os ganhos foram reduzidos. A burocracia sindical se mostra contente (petroleiros, químicos, bancários etc) pelo fato dos patrões pretenderem dar alguma migalha.

Mas os trabalhadores estão descontentes e instintivamente caminham para a luta. Crescem as pressões sob os pés da burocracia pelega. Se o patronato sai da posição de manter o congelamento ou impor grandes perdas - isto porque também sabem que os operários vão à luta - facilita à burocracia manobrar com acordos irrisórios (migalhas). Os trabalhadores devem estar alertas quanto a isso. É necessário exigir assembleias em que a palavra esteja aberta a quem tem o que defender. Aprovar um índice que de fato reponha todas as perdas. Avançar nas cláusulas sociais. E vincular o salário ao emprego a todos, bem como à estabilidade.

Já passou da hora para se quebrar o arrocho. Nosso instrumento de força é a greve. Sem sua organização, os patrões continuarão a pisotear. Olho na burocracia traidora, assembleias massivas e democráticas, organizar greve unitária e quebrar o arrocho.

Contra fome que assola os trabalhadores nordestino, a saída é expropriar os latifúndios

Os prefeitos de vários estados nordestinos resolveram fazer manifestações para pedir ao governo federal recursos contra a seca e a fome que atingem milhões. A mobilização contou com o apoio dos explorados. A fome os leva a se colocar por detrás dos politiquieiros (prefeitos) dos mesmos partidos que governam o país a serviço dos latifundiários (para eles não há seca e fome). Por esse caminho, os famintos continuarão famintos.

Os prefeitos só querem evitar que os explorados saqueiem e se revoltam contra os responsáveis pela penúria da maioria. Sabemos que uma gota d'água para quem morre de sede de nada adianta. O que o governo e com ele os prefeitos que resolveram protestar têm feito é manter a sede e a fome com conta-gotas (frente de trabalho com salário de 50 a 70 Reais, mísera cesta básica).

Acontece que, agora, nem mesmo as cestas chegam. E a fome é tanta que os trabalhadores não querem mais se sujeitar à exploração das frentes de trabalho. O problema está em exigir dos sindicatos agrários, MST, Contag e outros organismos sindicais que unifiquem os flagelados em um só movimento por alimento imediato na mesa de toda família, emprego a todos por um salário mínimo real (1800 Reais) e terra aos camponeses. Está aí o ponto de partida para resistir à fome e a sede.

Camelôs golpeados diariamente

O Prefeito Pitta, um corrupto mais do que conhecido, seguindo a trilha do malufismo, não dá trégua aos ambulantes. Tudo para proteger os interesses dos grandes capitalistas do comércio. Está claro que os ambulantes precisam se unir num só movimento em todas as regiões e partir para cima do prefeito e dos poderosos comerciantes que os denunciam (ocupar suas lojas).

A associação dos ambulantes é dirigida por gente interesseira, incapaz de trabalhar pela união. É preciso mudar essa direção por uma totalmente classista. Deve fazer parte das reivindicações, além do direito de comerciar para os ambulantes, uma reivindicação limitada à necessidade do pequeno vendedor. É necessário levantar a bandeira do emprego. O desemprego tem obrigado milhares a se tornarem vendedores.

Direção da CUT (Articulação-PT) e Força Sindical falam em greve nas montadoras. O que querem os burocratas?

A Força Sindical e a Articulação/CUT são responsáveis pela divisão no movimento operário no principal centro fabril do país. Vêm colaborando a tempo com as demissões em massa, com o critério de demissão voluntária etc. e fizeram acordos de redução salarial, que significaram um grande retrocesso perante os capitalistas.

Apesar de tudo isso, a situação continuou a se agravar, a ponto dos burocratas usarem o movimento sindical para proteger as montadoras com a reivindicação de renúncia fiscal do governo. Essas direções já não se colocam pelas bandeiras dos operários, mas sim pelas do patronato, como se estas fossem a salvação dos empregos. Pois bem, a crise de superprodução no setor automobilístico e a depressão econômica que atinge a classe média assinalaram para as multinacionais que elas têm de ir mais a fundo na proteção de seus lucros. Quem paga? Sempre os operários.

Está aí o impasse criado pela FORD do Ipiranga. A Força Sindical e a Articulação tomaram a decisão de defender um contrato coletivo e um piso salarial nacional para as montadoras e com isso evitar a transferência de montadoras para outros estados, onde se paga menos e o governo lhes dá grandes vantagens. A reivindicação procede. Mas há dois problemas que os trabalhadores devem estar atentos. Primeiro: o piso e o contrato coletivo devem ser discutidos em assembleia e não podem significar rebaixamento salarial ou perda de direitos nos lugares em que os operários já tiveram conquistas (como no estado de São Paulo). Certamente, a burocracia deve ter uma armadilha preparada quanto a isso. Segundo: a luta deve ser unitária e ser lançada para o conjunto do movimento operário.

A burocracia arquiteta o "festival de greves". A tática do "festival" é de fazer um dia de greve às 5^{as} feiras, uma semana em cada estado, sem mexer efetivamente com o funcionamento da produção e sem atingir a política burguesa. Com certeza, também nesse caso os burocratas divisionistas estão preparando um "armadilhão". Olhos abertos. Temos de defender assembleias democráticas e greve unificada e por tempo indeterminado, já prevendo a necessidade de ocupar todas as montadoras de uma só vez. Se não for por esse caminho, mais uma vez a burocracia dará um golpe no movimento operário.

Covas recebe uma ovada em manifestação de servidores


O funcionalismo público estadual de São Paulo realizou uma paralisação e um ato de protesto no último dia 17/09 em frente ao Palácio do Governo. O comparecimento foi menor que o último ato na Assembléia Legislativa poucos dias antes, mas a radicalização do movimento prossegue. Os funcionários lutam contra o projeto de reforma da previdência pública apresentado por Mario Covas, que impõe um confisco salarial que varia de 6% a 25% dos salários. O governador desceu do gabinete para falar diretamente aos manifestantes e acabou tomando vaias e uma ovada bem no peito. Teve ainda o descaramento de dizer que manteria o projeto de ataque aos salários e que os manifestantes que tentassem derrotá-lo na Assembléia Legislativa. Quase apanhou da multidão. Foi protegido pelos parlamentares da oposição reformista e por dirigentes das correntes centristas. O funcionalismo tem de organizar imediatamente a sua greve geral para impedir o desconto dos salários, congelados há cinco anos. As manifestações e atos de pressão sobre o parlamento não levarão a mais nada, somente a desgaste do movimento. Há uma grande disposição de luta que deve se concretizar na greve. Que se convoquem assembléias em todos os setores do funcionalismo, que se eleja um comando unificado de greve e se parta para a luta.

Estudantes da PUC acampam diante da Reitoria

Em resposta às altas mensalidades e à expulsão dos alunos inadimplentes, um grupo de ativistas tomou a decisão de acampar em frente à Reitoria. Exigem "anistia" aos devedores, redução das mensalidades etc. Já coletaram centenas de assinaturas, mas a ocupação não resultou em um movimento massivo. O fato é que não houve uma boa preparação política, porque as direções estudantis não têm dado a devida importância à questão da exclusão dos estudantes por inadimplência. O movimento acabou arrastando as correntes políticas, que tiveram de responder à luta espontânea dos estudantes. Agora o movimento avança, com a ocupação da reitoria. A necessidade de luta direta se choca com a política aparelhista e anestesiante das direções estudantis (PCdoB, PT, PSDB etc), que controlam os centros acadêmicos. Por outro lado, as reivindicações expressam o corporativismo imperante nas escolas particulares. As direções sonégam a defesa do ensino público e o fim do ensino privado. Via de regra se pautam pela despolitização, passando ao longe dos grandes problemas nacionais e internacionais que indicam a desintegração do capitalismo e a necessidade da luta revolucionária. Fazemos essas críticas com o objetivo de fortalecer a luta contra a expulsão dos estudantes. O POR apóia o acampamento e chama outros setores explorados a fazerem o mesmo.

Ocupação na UFRJ no Dia em Defesa da Universidade Pública

Cerca de 200 estudantes ocuparam o salão nobre do prédio da reitoria da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), no último dia 14, Dia Nacional de Defesa da Universidade Pública. O reitor interventor Vilhena fugiu do prédio antes da chegada dos estudantes. As reivindicações dos estudantes: reabertura dos bandejões, mais recursos aos cursos noturnos, contratação de professores e funcionários. Na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro, também houve manifestação, no estádio Maracanã, reivindicando mais vagas e isenção da inscrição no vestibular.

USP em Luta

Na USP, os estudantes de Letras organizaram uma paralisação de aulas e fizeram uma passeata com 100 pessoas (incluindo alguns professores) até a reitoria, onde ganharam o apoio de alunos e diretores de CAs e DCE de outros cursos e realizaram um protesto reivindicando a contratação de professores e o fim dos processos de seleção interna (ranqueamento), que excluem uma parte dos estudantes da universidade.

Repressão na Faap

O professor Agnelo Fedel foi demitido da FAAP (SP) por ter ajudado estudantes de jornalismo a publicarem um boletim com críticas à administração da faculdade. Há ainda um processo administrativo contra os estudantes que organizaram a publicação, de nome *O Empalador Imperial*. É preciso organizar imediatamente um movimento contra a repressão política e exigir a contratação do professor.

Campanha contra o processo judicial

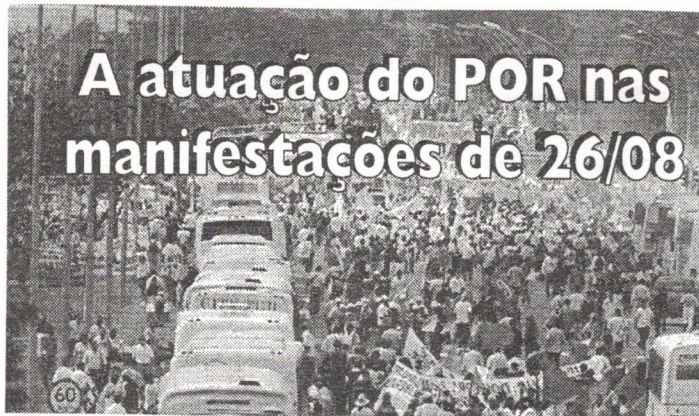
A diretoria da Apeoesp e o PSTU votaram a seguinte proposta no Conselho de Representantes (C.R.), dia 18/09:

a) esvaziamento do processo ("não apresentar mais informações à justiça por parte da diretoria");

b) que o C.R. passa a ser o comando "que fiscalizará o bom funcionamento das assembléias, congressos etc., para evitar possíveis tumultos";
Vejam a que serve o PSTU! Aliou-se à burocracia da Apeoesp para impedir que setores da oposição tenham o livre direito de manifestação.

O movimento contra o processo tem crescido, com a adesão de regionais inteiras da Apeoesp, que têm aprovado em plenárias de base a exigência da retirada do processo. Há um cartaz e manifestos conjuntos, que podem ser adquiridos com o distribuidor deste jornal.

LIBERDADE AOS 180 PRESOS SEM-TERRA EM PERNAMBUCO



A atuação do POR nas manifestações de 26/08

Os manifestantes voltaram para casa após assistirem suas direções entregarem ao parlamento a decisão sobre os problemas do país.

RN: ABAIXO FHC E FORA O FMI! COMBATER O PLANO DE FOME COM GREVE GERAL!

A marcha dos 100 mil em Brasília e atos de protesto em todo o país marcam hoje um dia de luta e mobilizações contra o governo FHC e o FMI.

O desgaste político do governo FHC é crescente e acompanha o desenvolvimento da crise econômica que traz recessão, aumentando o desemprego, a fome e a miséria dos trabalhadores e demais oprimidos. O governo reajustou os preços dos combustíveis, o que significa reajuste em quase toda economia. É visível o aumento dos preços dos produtos de cesta básica. Somente os salários continuam congelados. E o salário mínimo nem se fala, um salário de fome. Qual o trabalhador que sobreviverá com R\$ 136,00? E os milhares sem emprego, que sua renda chega a meio salário mínimo por mês? São os trabalhadores e todos os explorados que sentem o peso da crise econômica. Enquanto isso, o governo FHC e, aqui no Estado, Garibaldi e a Prefeita Wilma, vendem o patrimônio público, entrega-os aos capitalistas estrangeiros onde uma parte do dinheiro é pago com os juros da dívida externa e a outra parte desaparece na corrupção da máquina do Estado e Prefeituras.

É preciso organizar a resistência nacional de massa contra essa política e salário de fome desses governos, que a partir dessa mobilização de hoje, os trabalhadores ganhem as ruas em grandes manifestações e que também se convoque e organize uma greve geral nesse país, com a finalidade de derrubar esse plano antinacional e antipopular do governo FHC e demais governos. É preciso também que as mobilizações de massa defendam as reivindicações mais imediatas de todos os trabalhadores como: salário mínimo de R\$ 1.800,00; emprego a todos (pela escala móvel das horas de trabalho) fim do desemprego, reestatização das estatais vendidas, sob o controle operário e camponês! Fim de todos os acordos com o FMI, não pagamento da dívida externa! em defesa das ocupações de terra, expropriação dos latifundiários sem indenização! contra a farsa das CPIs e dos julgamentos burgueses, como foi o dos assassinos do massacre de Eldorado dos Carajás, onde foram absolvidos, construir os tribunais populares, livres e independentes do Estado! Enfim, construir uma grande mobilização no país com a finalidade de destruir o capitalismo, constituindo a Frente Única Antiimperialista, pondo abaixo FHC e construindo um governo operário-camponês!

Fortaleza-CE: DIA 26, UM ATO ELEITOREIRO DA FRENTE POPULAR

No dia 26 de agosto, em sintonia com a "Marcha dos Cem Mil", ocorreu um ato de protesto em Fortaleza (CE). Aproximadamente 1.500 pessoas comparecem, com imensa simpatia do restante da população.

Não podia ser de outra maneira. A crise capitalista é a ofensiva dos governos FHC, Tasso (governador) e Juraci (prefeito de Fortaleza) contra as massas têm produzido uma profunda desagregação social. A taxa de desemprego aumentou, inúmeras empresas faliram, pequenos agricultores perderam safras, cresceu a criminalidade e a mendicância, os preços dispararam, intensificou-se a exploração sobre os trabalhadores empregados e as conquistas do funcionalismo público vêm sendo destruídas uma a uma. Isso tem produzido uma profunda revolta por parte dos operários, camponeses, assalariados em geral, desempregados e juventude. Ainda mais quando o governo Tasso (PSDB) favorece grandes grupos econômicos e reprime qualquer movimento contestatório.

Enquanto isso, as direções do movimento operário e popular quebram a disposição de luta com o imobilismo, com as pressões institucionais, com o eleitoralismo e com a frente popular (subordinação do movimento de massas às frações burguesas expressa em alianças eleitorais). A CUT e os sindicatos, dirigidos pela burocracia, sufocam qualquer iniciativa das bases em busca da unidade contra a burguesia e o imperialismo. Enquanto aumentam as demissões e a opressão contra os trabalhadores, não há nenhuma campanha unificada. Um bom exemplo disso é o MOVA-SE, sindicato dos servidores públicos estaduais, que desde o ano passado não convoca assembleia geral para organizar a luta contra os ataques do governo Tasso. O centro de sua atuação são as ações judiciais.

Com esse quadro, o ato do dia 26 serviu de palanque para a frente popular. O PT, PCdoB, PCB, PSB, ente outros, canalizaram seus discursos para a necessidade de eleger vereadores nas próximas eleições e Inácio Arruda (deputado federal do PCdoB) prefeito de Fortaleza. O interessante é que a candidatura de Inácio Arruda é tão antioperária, por suas propostas, que até Roberto Pessoa, empresário e deputado federal do PFL, compareceu à abertura da XIII Conferência Estadual do PCdoB para anunciar seu apoio (*O Povo*, 02/09/99).

Até o PSTU, com sua defesa tímida de greve geral, apenas buscou dar um verniz "socialista" à frente popular. Enquanto o PART e seu discurso abstrato de "democracia direta" e "emancipação humana" embelezou o viés eleitoralista do ato.

De nada adianta falar contra o governo FIIC, defender a greve geral e criticar o capitalismo sem se estar munido do programa revolucionário. Por isso, apenas o POR foi capaz de apresentar uma real alternativa para a crise. Mesmo sem falar no ato, distribuiu notas (panfletos), vendeu jornais e fez uma intensa propaganda em torno do programa da estratégia da Revolução e Ditadura Proletárias, da ação direta, da aliança operário-camponesa e da greve geral por tempo indeterminado.

Ato do dia 26 em Mossoró (RN)

Estudantes da URRN dão exemplo da força da ação direta

O Centro da Mulher 8 de março (CM8) foi a única a tentar organizar ônibus de Mossoró para o ato em Brasília. O sindicato dos comerciários alegou falta de verbas. A associação dos docentes da universidade (ADFURRN), dirigida pelo PCdoB, PT e PPS não fez o menor esforço para se somar ao ato, sendo o sindicato com maior recurso financeiro da cidade.

Reitor aliado de FHC; DS (PT) veta opositores

O CM8 tentou levar 2 ônibus: um pago por ela e outro pela universidade (URRN). Mas foi só o reitor Walter Fonseca (aliado do PMDB e ligado aos Rosadas, oligarquia local) perceber que o ônibus era para o ato em Brasília e logo o vetou. Trata-se de um reitor comprometido em aplicar a chamada autonomia da gestão financeira, ou seja, ela mesma custear sua manutenção. Em outras palavras, privatização.

Por seu lado, a Democracia Socialista

(DS/PT) vetou a ida no ônibus de todos os que divergem de sua política. Assim foi com o POR, A Tendência Marxista (TM/PT) e DCE.

A política burocrática da DS/PT divide o movimento e favorece o corporativismo. O autoritarismo da DS é desajustado até mesmo contra as correntes que lhe são mais próximas, como a TM/PT e a ASS (Articulação Sindical Socialista).

O ato de 26/08 na cidade

Cerca de 300 pessoas realizaram a passeata no centro. A maioria era de estudantes. As direções sindicais não se empenharam em convocar os trabalhadores, aliás até mesmo o número de dirigentes sindicais era pequeno. O eixo da maioria das falas foi a canalização do movimento para a tal da CPI da Telebrás e a necessidade de convocar novas eleições. O PO foi a única corrente a se opor a essa linha, defendendo o método da ação direta e a independência de classe.

Na URRN, houve uma paralisação dos estudantes com apoio dos professores. Apesar do atraso da direção, o POR e independentes assumiram o carro de som e passaram nas salas de aula para organizar a paralisação e reforçar o ato. Pedagogia, Matemática, História, Geografia, Administração, Contábeis, Ciências Sociais e Direito não tiveram aula.

Interrompeu-se rua em fren. à URRN com o carro de som. Alguns estudantes queriam furar o ato com seus carros particulares. O POR chamou a organização de uma corrente humana para impedir a passagem dos carros. Diretores da ADFURRN ficaram só olhando. O presidente dessa entidade, ligado ao PCdoB, ajudou os carros a furarem o bloqueio. A intensificação do bloqueio, com estudantes sentados em frente aos carros, evitou definitivamente que se fusesse o piquete.

O POR defendeu no ato a unidade entre estudantes e explorados e o método da ação direta, em defesa da universidade pública.

O conteúdo político do “Grito dos Excluídos”

Setores da Igreja, MST, PT, PSTU, PCdoB etc, mais uma vez, resolveram fazer da religião (ópio do povo) um motivo de protesto contra a pobreza e o governo FHC. Utilizaram o ritual religioso da Aparecida do Norte para o ato político. Ou seja, manifestação religiosa e palco para discursos eleitorais.

O padre foi categórico: “não estamos contra o governo, mas estamos com o povo”. O que quer dizer que a CNBB, uma das promotoras do grito dos excluídos, tem as manifestações como um meio para fazer o governo ver que é preciso mudar sua política econômica e olhar mais para os pobres. No fundo, o reformismo (PT) e o burocratismo sindical (uma das alas mais fortes é do PT) têm a mesma política de não organizar a luta para pôr fim ao governo burguês e ao sistema capitalista de exploração.

É claro que os promotores do grito dos excluídos em 7 de setembro não poderiam impedir que a esquerda reformista e centrista levantasse a bandeira do “Fora FHC e FMI” e de convocação

de “eleições gerais já.” A CNBB orientou para que se evitasse qualquer contestação ao governo, mesmo que eleitoreira: fora FHC para realizar novas eleições.

A linha do grito dos excluídos era apenas de mostrar ao governo que há descontentamento. Tanto é que d. Mauro Morelli, considerado um dos bispos mais “progressistas” da CNBB, correu a explicar: “A manifestação não é pelo fora de ninguém, mas pela inclusão.” Enfim, a CNBB promoveu a manifestação apenas para pedir ao governo dos capitalistas que tomem cuidado com o que está fazendo com a vida de milhões de trabalhadores e os reformistas a utilizaram para sua campanha de CPI da Telebrás, eleições gerais etc.

A exceção da repressão em Belém ao “ato pacífico”, nos demais estados o grito dos excluídos não passou de uma tribuna para os opositores reclamarem da política econômica do governo e da necessidade de melhoria da vida da população. A demagogia religiosa-eleitoreira esteve na ordem do dia.

Enganam-se aqueles que acreditam

que o reformismo religioso (esquerda religiosa e reformistas aqui se fundem) dará respostas à situação de miséria das massas. Até mesmo o termo “excluídos” é uma versão ideológica para acobertar a exploração capitalista do trabalho e o caráter de classe da opressão social sofrida pela maioria nacional. A reivindicação de incluir os incluídos é capitalista, uma vez que pressupõe apenas tirar milhões da miséria absoluta. É reacionária não por isso, mas por ser impossível de ser realizada no capitalismo em desintegração, desviar e retardar a luta revolucionária das massas contra o sistema de exploração do trabalho. Estrategicamente, preserva o regime burguês.

A esquerda reformista e a esquerda religiosa procuram canalizar o descontentamento da classe operária e demais explorados com essas manifestações, que se limitam a rezas e protestos contra a política econômica do governo e a miséria. Nada de organizar movimentos sob o método da luta de classe (greves, ocupações de fábrica etc). Nada de ter uma cla-

ra plataforma de luta: salário mínimo real (1800 Reais), escala móvel do trabalho, expropriação geral dos latifúndios e entrega das terras aos camponeses, desconhecimento da dívida externa e interna, recuperação das estatais privatizadas etc. Nada disso. Para os reformistas e religiosos de esquerda, essas bandeiras não pas-sam de radicalismo.

O caminho, para eles, é o de pressionar o governo FHC e trabalhar por um novo governo vindo de novas eleições, sem tocar no poder dos capitalistas internos e no capital imperialista. Com essa linha de contestação, liturgia popu-lista, o oposicionismo pequeno-burguês (o que significa que expressa em última instância posição burguesa) procura evitar que a classe operária se liberte da política pacifista, das reclamações chorosas perante o poder que as oprime e ganhe independência de classe.

Gilmar Mauro: democratismo banal

O discurso de Gilmar Mauro, o segun-do líder do MST, em Aparecida, serviu de alvoroço para a imprensa. Não porque defendesse uma posição revolucionária. Mas pelo simples fato de pedir eleições imedia-tas para remover FHC. Ocorre que usou como força de expressão fechar o Con-gresso, fechar a Presidência e convocar eleições. Logo foi taxado de golpista, anti-democrático etc. Quem acompanha os acontecimentos sabe muito bem que se trata de disputa ideológica entre o gover-no FHC e o oposicionismo consentido (pe-queno-burguês, burguês). No ato dos 100 mil em Brasília, o PSDB fez estardalhaço com a denúncia de que o PT, MST, CUT, PDT etc queriam dar um golpe. Na verda-de, tratava-se de mais um ato inócuo para exigir mais uma CPI, com a diferença des-ta investigar o Presidente da República e afastá-lo por crime de responsabilidade (FHC interferiu no leilão da Telebrás favo-recendo grupos econômicos, fato que não precisa ser comprovado por nenhuma CPI, uma vez que as fitas deram testemu-nho ao vivo). Bastou que Gilmar Mauro pedisse eleições gerais, por isso fechar o Congresso e a Presidência, para que vol-tasse o argumento de golpismo. O mais provável é que, se a crise do governo se avolumar, o golpismo virá por intermédio de FHC, que é sustentado pelo imperialis-mo norte-americano, europeu e japonês.

O líder do MST não expressou ne-

nhum golpismo. Quem pode dar golpe é a burguesia. Os explorados não podem dar golpes, que significa afastar um go-verno pela via da força e por cima da Constituição (da ordem legal do Estado burguês). Os explorados, dirigidos pela classe operária, podem destruir o gover-no burguês e o Estado capitalista pela re-volução. Evidentemente, ninguém cairia na besteira de dizer que Gilmar Mauro estaria defendendo a revolução propon-do eleições gerais (novo Congresso e novo Presidente). Para se utilizar o absur-do, dependendo da conjuntura, é preciso se ter proporção. É um absurdo dizer que Gilmar Mauro pregou o golpismo. Mas está dentro da lógica da "guerra" ideoló-gica entre governo e oposição burguesa.

Gilmar Mauro expressou, isso sim, uma posição democrático burguesa. Mudar o Congresso e o Executivo pela via eleitoral, já que a crise é monumen-tal, a população perdeu ilusões no Plano Real, o entreguismo da política econômi-ca potenciou a desintegração do país e as massas tendem à revolta. A ofensiva de setores da Igreja, CUT, PT, MST, PDT etc em favor de novas eleições se dá numa conjuntura de divisão interburguesa.

Setores importantes do empresariado nacional, latifundiários devedores, pe-quenos e médios produtores quebrados, transportistas acuados, governadores de estados e prefeitos de município falidos, etc passaram a se manifestar contra os resultados da política econômica do gover-no, exigindo proteção setorial. Por outro lado, torna-se cada vez mais difícil para a burocracia sindical justificar o seu cola-boracionismo com os patrões que demitem em massa e sustentam o rebaixamento salarial, nas novas condi-ções de quebra do Plano Real (desvalori-zação da moeda). É a confluência destes fatores que motivam o reformismo, a bu-rocracia sindical, uma ala da Igreja (CNBB) e um setor de partidos burgueses a contestarem a "legitimidade" do gover-no FHC e proporem mudança governa-mental pela via constitucional, eleitoral.

Gilmar Mauro não fez senão expres-sar esse conteúdo completamente den-tro da ordem vigente e estranho a uma política revolucionária do proletariado. Questionado sobre o fechamento do Congresso, disse: "Obviamente que não (refere-se ao fechamento do Congresso). O Congresso cumpre uma função im-portante desde que ele esteja a serviço e

representando a população. Mas não é o caso." (*Folha de São Paulo*, 8/9) Aqui está a essência do pensamento do líder do MST e de todo reformismo. São parla-mentaristas. Querem que o Congresso funcione a serviço do povo. Defendem que tal parlamento é possível elegendo deputados do PT, PDT, PCdoB, PSB e até mesmo dos progressistas que, para eles, existem no PSDB, no PMDB.

Gilmar Mauro chega a justificar tal li-nha como parte de um processo. Vejamos: "*Primeiro eu quero contextualizar minha de-claração. Falei, no contexto do Fora FHC, o se-guinte: nós aprendemos a lição da última vez. Tiramos um presidente por corrupção, mas fi-cou o vice, ficou um monte de problemas que continuaram depois com o governo. Desta vez temos que fazer uma limpeza generalizada, convocar eleições para presidente, para o Con-gresso e para todos os cargos federais. (...)*" (*Folha*) É inequívoco. Se o afastamento de Collor não foi suficiente, agora trata-se de fazer uma renvoção total do Presidente ao Parlamento. Trata-se da velha ilusão re-formista. Ilusão que serve a uma política demagógica das lideranças de importan-tes movimentos sociais. Tanto o parla-mento quanto o executivo são partes do Estado burguês. Servem ao domínio da classe capitalista sobre a maioria explora-da. É impossível limpá-los e colocá-los a serviço dos explorados, mudando os re-presentantes pelas eleições. As institui-ções do Estado, instrumentos da democracia burguesa, servem ao poder econômico e expressam as relações de produção, equivale dizer: estão condicio-nadas pela propriedade capitalista. Os partidos do Estado, independente das suas divergências, são guardiães dos inte-resses gerais da burguesia. De conjunto, representam a ditadura de classe da mino-ria (capitalistas) sobre a maioria explora-da. É falsa a idéia de Gilmar em modificar o Congresso e o Executivo, dotando-os de representação popular.

A única possibilidade de colocar o Estado a serviço dos explorados é trans-formá-lo em seus fundamentos de clas-se, em sua natureza histórica. Tarefa da revolução proletária, que possibilita aos explorados constituírem sua democracia (exercício da maioria contra a minoria exploradora) e se ocuparem da produ-ção e distribuição. A radicalismo verbal do líder do MST não ultrapassa a soleira do poder econômico e da apodrecida de-mocracia dos exploradores.

A demissão de Clovis Carvalho comprova: Malan é o ministro do imperialismo

A demissão de Clovis Carvalho mostrou que os conflitos entre as principais frações burguesas prosseguem. Seu discurso no debate com Pedro Malan foi expressão das tendências desenvolvimentistas, que agrupam o empresariado do sudeste (FIESP), que pretende um afrouxamento na política cambial e monetária a fim de impulsionar a produção voltada à exportação e conter as importações. As críticas foram um petardo contra o ministro Malan, que encarna as tendências monetaristas (aplicadoras das diretrizes impostas pelo imperialismo), pretendendo utilizar Clovis Carvalho, o mais próximo de FHC, para pressionar por mudanças. O que se viu foi que Malan está apoiado no imperialismo e que o governo lhe é

totalmente submisso, assim como a burguesia nacional, ainda que com frações que se choquem circunstancialmente com os interesses do capital financeiro internacional.

O Ministério do Desenvolvimento foi criado por pressões do setor desenvolvimentista, sob medida para dar mais força a Mendonça de Barros. Os escândalos impediram que assumisse, e se indicou Lafer, um homem da Fiesp. A ida de Clovis Carvalho para lá se deu em função da crise ao redor da instalação da Ford na Bahia, muito mais no sentido de preservá-lo no governo. O novo ministro é um homem ligado às empreiteiras, também de confiança da Fiesp. Sua pasta não terá como se projetar pela submissão e dependência da

área econômica, dirigida pelo homem de confiança do imperialismo norte-americano. Cada vez mais fica claro que o plano de estabilização não passa de garantir ao Estado a capacidade de pagar os credores da dívida pública, que parasitam a nação oprimida e o país atrasado.

O episódio mostra a falência da burguesia nacional em conquistar a independência e soberania nacionais. Por mais descontente que esteja e por mais prejuízos que se lhe imponham, os capitalistas nacionais não têm como travar a luta antiimperialista. Por isso, a política reformista de unidade dos explorados com esses setores dos exploradores só pode levar à derrota, e a combatemos firmemente.

Todo apoio à greve da PM na Paraíba

Os policiais militares da Paraíba estão em greve há mais de 12 dias, reivindicando reajuste médio de 57% sobre o salário base, sendo que o piso salarial é de 136 reais. Cerca de 300 deles estão acampados em frente ao Palácio da Redenção, sede do governo. O governador José Maranhão (PMDB) solicitou a intervenção do exército para desocupar a praça, mas o governo federal negou, apostando num desgaste do movimento e no recuo das direções.

A polícia, assim como o exército, são o braço armado da burguesia para garantir sua ditadura de classe e a exploração sobre os assalariados. São os principais organismos do Estado burguês para preservar a opressão de classe. Quando as massas se colocam em luta radical por suas reivindicações, os capitalistas imediatamente põem a polícia e mesmo o exército para reprimir os movimentos.

Para a burguesia, é fundamental manter esse aparato repressivo em pé. É uma necessidade ampliá-lo, de acordo com o crescimento da miséria e concentração de capital, a fim de conter os avanços das lutas de massa e reprimir a violência decorrente do avanço da crise social, da miséria e desemprego.

O fato dos governos burgueses não

estarem conseguindo sustentar seu aparato repressivo a contento é decorrente do agravamento da crise capitalista, que obriga o Estado e subsidiar com todas as suas forças o parasitismo financeiro. A imposição dos organismos internacionais, de que todos os gastos públicos devem se voltar para o pagamento dos juros, impede que possa se manter o aparato repressivo funcionando tão bem quanto os exploradores desejariam. A ocorrência da greve, um instrumento de luta da classe operária, no interior do aparato criado para coibi-la, é uma prova da decadência do sistema de exploração de classe e da crise do regime político burguês.

A reivindicação dos soldados de reajuste salarial se choca frontalmente contra o plano de fome de FHC/José Maranhão. Seu movimento permanece isolado do restante do funcionalismo e não se coloca francamente pelo combate ao governo e seu plano pela ausência da organização do partido revolucionário no interior da polícia.

Há uma crise nacional no interior da polícia. A possibilidade de expansão da greve para outros estados, e ainda para todo o funcionalismo, obriga os governos federal e estadual a se unirem para

não fazer qualquer concessão aos policiais grevistas. A vitória da greve da PM paraibana pode abrir caminho para novos movimentos que, deflagrados, poderiam quebrar um dos pilares do plano econômico ditado pelo imperialismo e aplicado à risca pelos governos submissos.

O proletariado, para acabar com a exploração de classe, tem de realizar a insurreição armada contra a burguesia para destruir seu estado e sua ditadura de classe. Para isso, tem de trabalhar pela destruição do aparato repressivo, tem de cindir o exército e a polícia, ganhando frações em seu interior para as posições revolucionárias. É dos quartéis que virão as armas e munição para o proletariado se insurgir armado contra seus opressores de classe. Como afirma o Programa de Transição, é preciso tornar o exército de instrumento dos exploradores em instrumento dos explorados.

A greve na PM pode servir para acirrar as contradições entre os soldados e a burguesia e para trabalhar as bandeiras revolucionárias de destruição do aparato repressivo. Para isso, depende do avanço da luta de classes e da organização e desenvolvimento do partido revolucionário.

Onde está a moratória de Itamar?

No momento em que foi eleito governador de Minas, Itamar Franco declarou moratória da dívida interna, causando um grande alvoroço no governo Federal e entre as chamadas esquerdas (inclui, nesse caso, o PSTU). No primeiro caso, FHC se utilizou do acordo da dívida dos estados para decretar a retenção da parcela fiscal destinada a Minas pela União e descredenciou esse estado perante os credores internacionais. No segundo caso (o das esquerdas), as posições foram diversas.

A ala mais radical (o centrismo esquerdista), o PSTU, colocou-se a todo vapor por detrás da moratória de Itamar, como se esta pudesse desencadear um movimento de massa contra FHC. O estalinismo (PCdoB) e a ala mais esquerda do PT saíram abertamente em apoio não só à medida mas também ao governo oposicionista. Lembremos que o PCdoB caracterizou Itamar como nacionalista quando este ocupou o lugar de Collor; e, nem bem fez tal caracterização, Itamar lançou o Plano Real, sob a direção do ministro da fazenda Sr. Fernando H. Cardoso. O que quer dizer que Itamar se comportou como entreguista. Bem, toda "esquerda" soube disso.

Mas voltemos à moratória. A ala mais à direita das esquerdas, o PT dos governadores, dos Genoínos, dos Dirceus, o PDT dos Garotinhos, o PSB dos Lessas etc. foram mais cautelosos. Acharam que Itamar estava se precipitando ao abrir um confronto com o governo federal, nem bem a oposi-

ção tinha ganho importantes estados (Minas, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro), e ao correr o risco de criar uma crise institucional. Ou seja, preferiam a linha da pressão interna ao Estado e da negociação. Para isso deveria funcionar a frente dos governadores. Enfim, Itamar ficou isolado dos demais governadores oposicionistas e apoiado pelas esquerdas entusiastas da moratória.

O POR mostrou que se tratava de um mero jogo conjuntural e que não se tratava de colocar-se por detrás da divisão interburguesa. As reivindicações e as bandeiras antiimperialistas das massas deveriam ser desenvolvidas independentemente das manobras de cúpula da burguesia. Indicou também que Itamar não levaria longe sua moratória, considerando que estava disposto a pagar, apenas alegava não ter dinheiro.

Dito e feito, Itamar se acomodou na esteira da acomodação de todos os governadores da oposição, acomodação essa encabeçada por Olívio Dutra do PT, considerado o mais à esquerda da nova safra de governadores. Itamar se aquietou. FHC foi contornando seu problema e o de Minas, embora a gravidade da crise permaneça e logo trará novos estremecimentos.

Qual é a última novidade de Itamar?

Em 14 de setembro de 99, a *Folha de São*

Paulo noticiou: "MG retoma pagamentos ao exterior". A partir de outubro, Itamar passará a pagar ao BIRD (Banco Mundial) e BID (Banco Interamericano). Prevê-se que até o fim do ano, Minas desembolsará 30 milhões de Reais. E para o ano 2000, R\$193 milhões. Como se vê, final feliz para FHC e para os credores imperialistas. Mas os funcionários mineiros estão com os salários esmagados, a educação, saúde vão ser mais fortemente atingidos etc, o estado verá o desemprego crescer e Minas continuará como Estado quebrado.

A fraude da moratória de Itamar é um fato da política patronal que mostra a falência da oposição burguesa perante a desintegração do capitalismo e as pressões do imperialismo. Por outro lado, revela que o reformismo petista não pode ser mais radical que Itamar perante as contradições da crise burguesa. E que o centrismo esquerdista do PSTU fica a ver navios quando o oposicionismo burguês (no caso, Itamar e sua moratória) demonstra que a política esquerdista de pressioná-lo para posições mais radicais é ridícula.

A defesa de uma linha de independência de classe frente à burguesia e às suas divisões é fundamental para o proletariado e demais explorados caminharem com seus próprios pés e tomarem os problemas do país em suas mãos. Somente assim, constituirão uma frente antiimperialista e anticapitalista e, sob o método da luta de classe, se potencializarão como força social transformadora, revolucionária.



Eleições do DCE-USP:

Uma disputa aparelhista e sem princípios pela direção do maior DCE do país

Foram chamadas 3 "convenções". Uma da atual direção (Força Socialista e PSTU), uma por O Trabalho, e outra pelo PCO.

A convenção da Força Socialista foi transformada na última hora em plenária do bloco "Rompendo Amarras", de oposição à diretoria da UNE. A chapa e o programa foram previamente determinados, excluindo O Trabalho e vetando a participação de alguns militantes independentes. A plenária foi apenas uma formalidade.

A convenção do PCO contou com 3 pessoas. A seguir, saíram caçando assinaturas pelo prédio de Letras, sem nenhuma base programática ou organizativa para constituir uma chapa de oposição real ao DCE.

A convenção chamada pelo O Trabalho teve participação de cerca de 35 pessoas, a maioria independentes de várias unidades da USP,

e dispostos a montar uma chapa que mudasse o DCE. Tiveram suas expectativas frustradas, pois O Trabalho iniciou a convenção propondo a unidade com a atual direção do DCE.

O POR (Corrente Proletária Estudantil) entrevistou nessa convenção defendendo por escrito a necessidade de se organizar uma oposição revolucionária ao DCE, baseada num programa que inclui um balanço da atual gestão como burocrática e paralisante do movimento, e em princípios claros de defesa do método da ação direta em oposição ao eleitoralismo, independência política, organizativa e econômica, pela escola pública, única, laica, gratuita e vinculada à produção social, pelas reivindicações dos estudantes, pela unidade do movimento estudantil com o operário, popular e camponês, por uma campanha de luta pela derrubada integral do plano de fome de

FHC etc.

O Trabalho insistiu em pressionar o "Rompendo Amarras" para uma chapa unitária, mostrando na prática que faz uma avaliação positiva da atual direção. Dissolveu a convenção na plenária da FS/PSTU e acabou sendo empurrado para fora dela. Desesperado com a falência de sua política, montou uma chapa com a participação da Articulação, corrente ainda mais reformista e burocrática que a FS.

Por suas debilidades organizativas (só está organizado em algumas unidades), e por entender que somente sobre a base de um claro programa é possível construir uma nova direção, o POR defenderá o voto nulo programático nas eleições do DCE/USP, como parte do trabalho de construção de uma autêntica oposição revolucionária.

Diretoria da Apeoesp e PT estão pela rejeição ao Projeto de Previdência de Covas?

A diretoria da Apeoesp e PT apresentaram as emendas substitutivas ao Projeto de Covas, que aumenta os descontos dos funcionários públicos para a Previdência. O governo federal aprovou a reforma da Previdência que amplia o tempo de serviço para se aposentar, eliminando a aposentadoria especial dos professores (25 - mulheres e 30 - homens). Dessa forma, FHC determina mais tempo de trabalho para todos e obriga os governos estaduais a criarem os volumosos descontos. Além de trabalhar mais tempo, os funcionários públicos terão de contribuir com mais dinheiro para a Previdência.

Diante dessa situação, a diretoria da Apeoesp (Articulação-PT) convocou um ato no mês de agosto para pressionar os deputados a votarem contra o Projeto de Covas e favorável às emendas dessa corrente política. O ato não deu em nada. Novamente, convoca os professores para outro ato, com o mesmo objetivo. O que ocorre é que os professores estão ludibriados com a idéia de que a diretoria e o PT estão pela rejeição. Na verdade, estão pelas emendas, que não passam de remendos, pois a essência do Projeto continua. Eis algumas de suas emendas:

	governo	PT	Apeoesp
Descontos	6% até 600,00 +16%-601,00 a 1200,00 +20% 1201,00 a 2500,00 +25% acima de 2500,00	6% até 1200,00 11% de 2500,00 a 12720,00 25% - acima desse teto	6% para todos
ACTs	Proposta inicial de vinculá-los ao INSS (já admite mudanças)	inclusão dos ACTs na Previdência dos servidores públicos efetivos	
Aposentados	mesma alíquota de descontos dos que estão na ativa	6% até 2500,00 11% de 2500,00 a 12720,00 25% acima desse teto	sem desconto
gestão do IPESP	tripartite (governo, servidores e sociedade civil)	bipartite (governo e servidores)	
Previdência Federal	O governo, o PT e a diretoria da Apeoesp partem das regras gerais estabelecidas por FHC.		

Como se vê, o governo e o PT estão juntos no propósito de aumentar os descontos dos funcionários públicos. Depois que o governo solapou o IPESP (há denúncias de corrupção em todos os cantos), agora quer cobrir o rombo com mais dinheiro daqueles que sempre contribuíram com a Previdência. O PT se cala diante disso e ainda tem o descalabro de dizer que suas emendas vêm atender a situação dos funcionários que estão sem reajuste de salários há mais de 4 anos. A diretoria da Apeoesp aparentemente tem suas emendas diferentes das do PT. Logo mais estarão juntos, na chamada "unidade dos setores progressistas".

Nossas propostas

- 1) Rejeitar a Reforma da Previdência de FHC
- 2) Rejeitar o PLC- 11 de Covas
- 3) Rejeitar as emendas do PT e da Apeoesp

Defendemos:

- 1) Aposentadoria especial (25 e 30 anos) a todos os educadores, incluindo os universitários, o que PT e Apeoesp estão contra.
- 2) Nenhum desconto para os que recebem (líquido) até o salário mínimo vital (1800,00)
- 3) Nem gestão tripartite e nem bipartite. Previdência pública,

ca, sob controle dos trabalhadores

- 4) Não à Previdência Complementar privada.
- 5) Reajuste imediato dos salários
- 6) Redução da jornada de trabalho, sem perdas salariais
- 7) Nenhuma demissão e contratação de todos os demitidos da reforma educacional de Covas

Nosso método

Para conquistar nossas reivindicações é necessário a organização dos trabalhadores, a realização de assembléias e a preparação do movimento grevista. Não há outro caminho senão a mobilização direta para enfrentar a política governamental de destruição da Previdência estatal. Não arrancaremos nada se não for com a ação dos trabalhadores nas ruas. Nenhuma negociação parlamentar poderá trazer vitória, pois os deputados (com diferenças de graus) estão a serviço da implementação das medidas governamentais.

No último CR, a diretoria da Apeoesp foi contra a convocação de assembléia e insistiu na idéia de outro ato. Não dá mais para esperar. É necessário a convocação da Assembléia geral para rejeitar o projeto de Previdência do governo, as emendas do PT e Apeoesp e aprovar o verdadeiro método de luta dos trabalhadores.

Uece: privatização a caminho: reitor aprova 1ª parte do estatuto

No último dia 02/09, o Conselho Universitário da Uece, CONSU, aprovou autoritariamente a 1ª parte do estatuto elaborado pelo do reitor. Esta, que trata da Funece, foi aprovada às escondidas sem conhecimento da comunidade universitária. Tudo para que não houvesse reação de alunos e professores. Quanto à outra parte, a que trata da Uece, pretendem fazer o mesmo, ou seja, empurrá-la goela baixo sem discussão. Para isso, se negam a dizer até a data que tentarão aprová-la, com o objetivo de não deixar possibilidades para os estudantes se organizarem.

O estatuto que o reitor já começou a aprovar **legaliza cobrança de taxas, que podem ser cobradas nas matrículas**. Outros pontos são: concentra poderes nas mãos do reitor Manassés para demitir livremente os servidores (com esse recurso pode-se demitir funcionários que façam oposição política ao reitor etc.) e procura adaptar a Uece à **falta de professores,**

quando institucionaliza a contratação de professores bolsistas e não se abre concurso público para os mesmos.

A mudança nos estatutos das universidades para adequá-las à LDB privatista é uma exigência do governo antinacional e antipopular de Tasso/FHC e dos organismos imperialistas como FMI, Banco Mundial etc., que ameaçam com corte de verbas caso as universidades não se adaptem.

Na Uece, o reitor Manassés tem demonstrado o quanto é obediente e correia de transmissão da política desses governos, mas o mais lamentável é a política do PT na universidade que defende colaboração com a burocracia vendida da Uece.

É preciso barrar o estatuto do reitor e a destruição do ensino público com luta! É preciso ocupar a reitoria e garantir o fim das taxas!

(Extraído do boletim da Corrente Proletária Estudantil)

Eleições da AFUSE — vitória da fraude

Na Região de São Mateus, Itaquerá e Guainazes, onde atua a oposição, esta foi impedida de participar com um representante na Comissão Eleitoral. Sendo assim, não pôde ter mesários, nem os mínimos direitos elementares da democracia operária, de participação na vida sindical, nas eleições para a Diretoria Estadual de nosso sindicato. Afirmaram que não poderíamos participar da Comissão porque não tínhamos uma chapa inscrita. O resultado foi a coleta dos votos como o já tradicional "faz um X aí na chapa única".

Para as eleições do Conselho Regional, a situação foi bem pior. A diretoria regional espalhou as cédulas uma semana antes, sem assinatura ou qualquer anotação por parte da Comissão Eleitoral. Um simples xerox valia como cédula. Os funcionários votaram em qualquer dia, não dando atenção as datas ou ao processo que impôs a própria diretoria.

Os trabalhadores funcionários da educação puderam vencer na prática como a burocracia atrasada dirige um sindicato, faz de tudo para não perder o aparato.

O ataque à democracia sindical é visível, mesmo que esta não corra o risco de perdê-lo. Nas regiões onde somente a Articulação, ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT), atua, a situação é pior, pois as eleições do Conselho Regional não passaram de formalidades, despolitizadas e com votos de cabresto.

A votação de 45% da categoria para a Diretoria Estadual (menos da metade da categoria), demonstra uma apatia com

relação ao Sindicato, o funcionário de escola não dá a mínima importância para um sindicato dirigido pela burocracia sindical vendida. Sabe que as poucas promessas feitas (sempre procuram dizer que os advogados e parlamentares é que resolverão nossos problemas), não são cumpridas. Que esta diretoria é incapaz de chamar a luta para arrancar do governo nossas reivindicações.

A necessidade de construir uma Oposição Sindical de luta

Nas várias discussões que fizemos na região, entendemos que existe a necessidade da construção da oposição sindical, que apresente um novo sindicato voltado para a democracia sindical, defesa da reivindicações básicas da classe (salário mínimo real, diminuição da jornada de trabalho etc.), que defenda e organize os funcionários para conquistar as reivindicações a partir da luta direta dos trabalhadores.

Foi com estas reivindicações e com a concepção de um sindicato de luta que a Corrente Proletária fez sua campanha para as eleições regionais. Porém, para as eleições da diretoria estadual, sua fragilidade a impediu de apresentar o programa para a classe.

Resta-nos agora trabalhar com afinco para responder ao descontentamento da classe com a diretoria reformista (ligada ao PT) e construir um verdadeiro sindicato de luta.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista.
Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

O Partido e sua Organização

Prosseguimos a série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciada no Massas n.º 160

CAPACITAÇÃO, ESCOLA DE QUADROS

As publicações partidárias têm como finalidade principal capacitar politicamente os militantes. O POR, diferentemente dos outros partidos, se preocupa em dar uma devida educação a seus militantes, tanto no aspecto teórico como prático. Em cada região devem funcionar cursos de capacitação, sobretudo com o objetivo de preparar as escolas de quadros. A aprendizagem teórica deve estar estreitamente ligada ao treinamento prático.

A educação dos quadros médios é por si própria um processo longo e dificultoso; mas, o que tem de se estabelecer é que este processo, apesar de todas as dificuldades que ofereça, não pode ser eliminado. Os numerosos esforços que se fazem para efetivar a educação da militância (caminho obrigatório que tem de se seguir na formação dos quadros dirigentes) levam à conclusão que a escola de quadros deve figurar entre os recursos organizativos. Nossa experiência a respeito pode resumir-se da seguinte forma:

a) Deve selecionar cuidadosamente e durante todo o ano aos alunos, cuja designação deve ser um prêmio ao excelen-

te trabalho diário. Toda improvisação a respeito é prejudicial. Levar simpatizantes para a escola de quadros (muitas vezes alguns viajam porque querem passear) é perder o tempo e prejudicar a toda a escola, que deverá rebaixar seu nível para se acomodar à falta de conhecimentos da gente nova. Os alunos devem ser preparados nas células ou em seus Comitês Regionais sobre os temas que serão dados na escola; esta tem como finalidade formar quadros médios e não captar novos militantes. Um grave vício consiste em substituir o trabalho celular com o funcionamento das chamadas escolas de quadros regionais.

b) A escola não só ensina princípios teóricos e políticos, mas também habitua o militante à vida coletiva, à solidariedade e a considerar a mulher totalmente emancipada. É aconselhável que alunos e professores vivam sob o mesmo teto, organizem sua própria direção e sua vida coletiva, estabeleçam equipes rotativas para a preparação de alimentos, limpeza do local etc. A condução da escola, fixação de temas, horários, etc. devem ser discutidas por todos os integrantes da escola e sua execução controlada, noite após noite, mediante reuniões de autocrítica.

c) Com a devida antecipação devem se escolher os temas para cada escola, que por sinal devem ter estreita relação com a vida do Partido e do país. É absurdo sobrecarregar o número de matérias. Na escola os alunos devem aprender a manejar a dialética.

d) A escola ajuda eficazmente a formação dos instrutores. O professorado é recrutado entre os melhores quadros, que redatam seus cursos sob o direto controle do Comitê Central. As exposições, em sua forma e conteúdo, são matéria de autocrítica. Deste modo é a escola a que forma os professores. Deverá procurar fazer a edição das lições de cada escola.

e) É aconselhável que a escola, preferentemente, funcione nos lugares de maior concentração operária, a fim de que os alunos aprendam tarefas práticas no seio das massas.

f) É importante que se edite para todo o Partido um boletim que reflita verdadeiramente a vida interna da escola.

g) Uma escola destinada a forjar dirigentes e que concentra o mais seletivo da militância não pode menos que funcionar dentro da mais severa disciplina e toda falta ou negligência devem ser energeticamente sancionadas.

10 Anos do Massas - do Massas n.º 19 - segunda quinzena de setembro de 1991

A Usiminas vai ser entregue ao imperialismo.

O que faremos?

O Juiz de Minas Gerais, sob pressão dos interesses regionais, havia suspenso o leilão, da USIMINAS. No prazo de 13 dias, o governo pôs fim a essa decisão. O Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região deu causa favorável ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) que promove a privatização da estatal. As decisões divergentes no aparato legal se basearam na avaliação para a venda, considerada subestimada pelo Juiz de Minas Gerais. Em resposta, o juiz superior Alvez Lima considerou que "o valor mínimo para a alienação das ações da Usiminas foi fixado por consultores de renomado conceito" (*Folha de S. Paulo*).

Este jogo é fruto das discordâncias existentes no interior da burguesia. Comprova a impotência da fração estaticamente em defender seus próprios interesses oligárquicos perante a desnacionalização. A paralisia dos nacionalistas, que não fazem outra coisa senão proclamar Manifesto a Nação, como acaba de fazer Miguel Arraes, com sua frente

de parlamentares progressistas, resalta frente ao ataque reacionário do neo-liberalismo de Collor, que não é outra coisa senão o entreguismo descarado.

O extraordinário é que os social-democratas do PT, que falam numa sociedade sem exploradores e explora-

dos, se encolhem perante a envergadura da reação, que pisoteia traços mais tênues de soberania nacional. A CUT, sob sua direção, permanece alheia aos acontecimentos, quando somente o proletariado pode se opor ao imperialismo, defender o estatismo como parte da luta revolucionária contra o grande capital e levantar a tarefa de independência nacional, sob o governo operário e camponês.

Há que denunciar a capitulação vergonhosa da esquerda democrática e levantar a bandeira do estatismo antiimperialista, cuja conclusão prática conduz a ocupação das estatais e a formação dos comitês da frente antiimperialista.

Os fundamentos do marxismo se confirmam plenamente

Marx demonstrou que a exploração do trabalho e a acumulação de capital leva à miséria crescente das massas. Os dados atuais indicam que o capitalismo alcançou alto grau de desenvolvimento das forças produtivas mundiais e com ele o patamar mais alto de desemprego (crescente exército de desempregados) e fome entre os trabalhadores. Vejamos como se expressa a lei do crescimento constante da miséria dos assalariados, segundo Marx.

Karl Marx, O Capital - Volume I

“Quanto maiores são a riqueza social, o capital em funcionamento, a extensão e a energia de seu crescimento e, portanto, também a massa absoluta do proletariado e a produtividade de seu trabalho, maior é o exército da reserva industrial (...) Mas quanto maior é esse exército de reserva em proporção ao exército de trabalho ativo, maior é a massa de uma superpopulação consolidada, cuja miséria está na proporção direta do trabalho realizado. Quanto mais vastas, finalmente, são as camadas empobrecidas da classe operária e o exército da reserva industrial, mais pauperismo oficial haverá. Esta é a lei universal absoluta da acumulação capitalista.”

Revolução Proletária

A lei econômico-social de funcionamento do capitalismo, acima exposta, indica que a única solução para o fim do desemprego e a miséria da maioria é a revolução proletária. Esta transforma o regime de exploração do trabalho, de propriedade privada dos meios de produção e acumulação de capital em regime socialista de produção, que, uma vez alcançado o nível internacional, atinge a forma histórica do comunismo, em que estarão extintos todos os antagonismos de classe e nacionais.

O capitalismo desenvolveu as forças produtivas em grandes proporções e com elas a miséria, indicando que já não pode mais

continuar sua marcha ascendente - desintegra-se. Em sua agonia, impulsiona a barbárie moderna a patamares desconhecidos.

Em toda parte, cabe ao proletariado se emancipar do domínio burguês e desenvolver a luta pela destruição do capitalismo.

Construir o partido revolucionário

Marx e Engels mostraram, na prática e na teoria, que a classe operária não pode se emancipar do domínio burguês a não ser através do partido comunista. O *Manifesto do Partido Comunista*, como o próprio nome indica, foi o primeiro programa marxista destinado a construir o partido proletário. Todas suas premissas básicas, suas previsões históricas e seu método materialista histórico se mostram completamente atuais.

As massas já haviam protagonizado grandes lutas, impulsionadas pelo instinto revolucionário, que se desprende das relações de exploração capitalista, antes de Marx e Engels redigirem o *Manifesto Comunista*, mas não puderam alcançar independência político-ideológica devido à ausência do partido proletário. A luta destes revolucionários para construir o partido e a I Internacional nos deixou a rica experiência de que o proletariado se constitui em classe consciente e torna possível a destruição histórica do capitalismo elaborando seu programa e pondo em pé seu partido.

Hoje, com a desintegração do capitalismo da época dos monopólios (imperialista), todo problema se resume em superar a crise de direção. Nossa tarefa está clara: trata-se de recompor o movimento internacional do proletariado construindo os partidos marxistas-leninistas-trotskistas da IV Internacional, que vive no Programa de Transição e na experiência viva do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, provado pelos acontecimentos do passado e pelos mais recentes e que deu continuidade à elaboração e divulgação à teoria marxista.

A Revolução de 1952 na Bolívia e o POR boliviano

Damos continuidade a trechos do livro de Guillermo Lora *Contribuição à História Política da Bolívia*, vol. II, em que o Partido Operário Revolucionário faz uma análise crítica e autocrítica de sua atuação nos acontecimentos. Trata-se de uma rica experiência, como toda revolução. Mas que tem a particularidade de nela ter participado, ainda que de forma muito deficiente, o partido trotskista. Evidentemente, tomamos a decisão de publicar as passagens mais significativas para responder às falsificações dos críticos (revisionistas do trotskismo), que insistem em continuar espalhando entulhos de que o POR é nacionalista e responsável pela ascensão do MNR.

Temos insistido que os críticos do POR fogem da responsabilidade de analisar os acontecimentos de 1952; e neles a situação concreta do POR, sua linha geral, bem como seus verdadeiros erros, fraquezas organizativas e posicionamentos pontuais.

O POR é uma corrente que tem a virtude de publicar rigorosamente suas posições, de forma que sua história está exposta à luz do dia. Os detratores fazem-se de cegos, posando de argutos e sábios críticos, porque se movem de acordo com idéias revisionistas do marxismo.

O morenismo (denominação que vem

do já falecido Nahuel Moreno) foi um dos primeiros críticos falsificadores. Depois dele, tudo quanto é corrente que se diz trotskista segue a mesma toada. Quando o POR diz que, no fundo, são morenistas, ficam furiosos. Não aceitam ser morenistas, mas carregam seus entulhos.

Observamos que os copiadores não têm como melhor a falsificação original. Assim, limitam-se à superficialidade e à vilania da montagem morenista.

Nesta edição, publicamos a posição do POR frente às pressões do imperialismo sobre o governo nacionalista do MNR. A passagem mostra a capitulação do nacionalismo burguês e a necessidade deste recompor o exército para assegurar o poder do Estado contra os explorados.

O imperialismo exige que se recomponha o exército *

A crescente pressão norte-americana no sentido de que fosse imediatamente organizado o exército (esse era o preço que a revolução tinha de pagar para que o MNR fosse tolerado pelo imperialismo), a fim de poder assegurar a estabilidade política e social do país, que pressupõe a defesa de seus interesses, apareceu como o fator mais visível e de-

cisivo deste golpe contra o presente e o futuro da revolução. Contudo, não se pode pôr em dúvida que o MNR, particularmente os setores de centro e direita, confiava que o exército fortalecido (treinado e revitalizado pelo imperialismo) poderia libertá-lo do controle das milícias e das organizações operárias. A reconstrução do exército constitui a primeira aliança, de enorme transcendência, entre o imperialismo norte-americano e o nacionalismo de conteúdo burguês contra o proletariado e as massas que tinham adotado uma ameaçadora atitude revolucionária. Que Lechín representava os interesses e a perspectiva do MNR, e não do proletariado, colocou-se em evidência quando colaborou decisivamente com a reorganização das forças armadas, sob o argumento de que aceitariam em suas fileiras os filhos da classe operária e dos camponeses. Os acontecimentos futuros demonstraram que o líder da COB ajudou a pôr em pé os futuros massacradores de operários e camponeses, os futuros gorilas. Mais tarde, chefes e oficiais se agruparam na chamada “célula militar do MNR”, que certamente desenvolveu a política direitista do nacionalismo. Essa direita movimentista, encarnada nas espadas dos generais, transformou-se em fascismo gorila.” (páginas 228/229)

Porque Lutamos Pela Quarta Internacional (partido mundial da revolução socialista)?

Amadureceram-nos a partir do exterior para a revolução proletária

A aguda crise econômica estrutural do capitalismo, que permanece próxima e não encontra a saída que interessa às multinacionais (reativação da economia), demonstra que as forças produtivas se desenvolveram ao extremo de pulverizar-se (paralisação da produção e desocupação massiva) ao chocar com a grande propriedade privada burguesa (relações de produção), conhecida como multinacionais. Essa crise estrutural vem pulverizando todas as conquistas que conseguiu a burguesia no passado. Tal processo de desintegração da ordem social envelhecida ao extremo vem empurrando a sociedade à barbárie.

Isto demonstra que a sociedade burguesa – que se tornou podre antes de ser enterrada – coloca a materialização imediata da revolução social (proletária), chamada a transformar radicalmente a estrutura econômica da sociedade, enterrando a grande propriedade privada burguesa (multinacionais) caduca e substituindo-a pela propriedade social dos meios de produção (base da sociedade comunista, da pátria universal).

Os clássicos escreveram que a luta de classes (na base econômica da sociedade burguesa se encontra a contradição, a luta entre proletariado e burguesia) desemboca na ditadura do proletariado, chamada a assentar as bases do comunismo.

A Bolívia isolada, dentro de suas fronteiras, não cumpriu todas as suas tarefas democráticas (burguesas) e seu desenvolvimento é limitado ao extremo. Sem dúvida, analisar a dinâmica do país altiplânico de forma isolada é incorreto, à margem de todo critério científico.

Como marxistas, não devemos esquecer que o mundo vive no marco das leis gerais da economia capitalista mundial, que é uma unidade superior, cujas leis atuam por cima das fronteiras nacionais e condicionam as economias nacionais.

As forças produtivas (extremamente dinâmicas, progressistas), são fundamentais no desenvolvimento da sociedade. Como todo fenômeno da economia capitalista é uma dimensão inter-relacional. São essas forças produtivas, ao amadurecer o suficiente em escala mundial, as que determinam a urgência de sepultar a sociedade burguesa e trocá-la por uma sem classes sociais.

Isso é o que queremos dizer quando sustentamos que também a Bolívia amadureceu objetivamente para a revolução social, sublinhamos que sua maturidade é consequência do grande crescimento internacional das forças produtivas, a Bolívia está integrada a economia mundial e o que

acontece em seu seio é uma lei com vigência para ela.

Devemos Amadurecer Subjetivamente

O amadurecimento das forças produtivas para a revolução é, sem nenhuma dúvida, expressão das leis do desenvolvimento e transformação da sociedade, sem dúvida, estas se cumprem através dos homens, das classes sociais e não de forma mecânica e fatal.

A revolução colocada pela maturidade do fator econômico se materializará unicamente se a força de trabalho (proletariado) amadurecer para materializá-la. A massa trabalhadora se transforma em classe operária para si quando transforma seu instinto comunista em consciência, em programa, em finalidade estratégica, em partido político.

A revolução colocada se cumprirá quando o partido operário amadureça. A economia mundial determina que a revolução (que começará dentro das fronteiras nacionais) só pode chegar ao comunismo se se for cumprida no plano internacional. Isto obriga a construir o Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional), sendo o POR boliviano uma de suas seções nacionais. Atualmente lutamos pela sua reconstrução, através da atividade do CERQUI. A IV Internacional é o marxismo-leninismo-trotskyismo de nossa época da revolução proletária mundial.

Revolução Permanente

A presença do proletariado (programa e partido) modifica a política e a mecânica de classes em todos os países, incluídos os atrasados, que são aqueles que não cumpriram as tarefas democráticas (burguesas).

Marx, em 1848, sustentou que na atrasada Alemanha de então a classe operária não deveria se deter a meio caminho do processo da revolução e sim culminar na ditadura do proletariado. Deduz-se que as tarefas democráticas devem ser transformadas em socialistas.

Trotsky tomou esse antecedente e aprofundou o processo da revolução permanente.

Em nossa época, a revolução proletária (para ser tal, deve ser majoritária) é aquela que é realizada pela maioria nacional oprimida pelo imperialismo e politicamente dirigida pela classe operária.

Em oposição ao revisionismo estalinista, parte-se de que em nossa época de decadência capitalista já não se conhecerá uma revolução plenamente burguesa, esta eta-

pa está esgotada. Só o proletariado, encabeçando a nação oprimida (frente antiimperialista) pode materializar a revolução social. A ditadura do proletariado cumprirá a plenitude das tarefas democráticas, não para deterem-se nesta etapa, mas para transformá-la em socialista. A revolução começará como nacional e acabará no plano internacional.

Uma etapa da revolução se apóia no que falamos anteriormente e se projeta até outra superior. A solução dos problemas é possível graças ao apoio do movimento revolucionário internacional.

O proletariado é consciência, partido, mas não só no âmbito nacional, mas também no internacional. De seu desenvolvimento político depende a vitória da revolução.

Programa de Transição

As massas lutam por suas necessidades do dia a dia e não por consignas socialistas abstratas.

Por outro lado, a revolução proletária não nega as reformas, as inclui como parte das medidas táticas da luta diária.

Tradicionalmente, os reformistas e colaboracionistas disfarçados de “socialistas” dividiram suas concepções em programa mínimo (somente as reformas) e em programa máximo (promessas socialistas inalcançáveis).

Já na primeira época da III Internacional (ainda não corrompida pela ação do estalinismo pro-burguês) se colocou a urgência de fundir esses dois programas em um de transição.

O revolucionário deve encabeçar a luta das massas pela satisfação de suas necessidades mais importantes, mas deve colocar soluções de forma que essa luta se converta em ponte que leve aos explorados, partindo de sua situação atual, de suas limitações e até de seus atrasos e preconceitos, até a revolução social, a conquista do poder.

Essas respostas são, precisamente, o programa transitório. A ditadura do proletariado tomará em suas mãos a solução radical das tarefas democráticas para transformá-las em socialistas, porque a classe revolucionária não tem interesse em converter-se em exploradora e opressora como a burguesia, mas em consumir a libertação nacional e social, sentar os alicerces da nova sociedade sem classes, sem explorados nem exploradores.

As reivindicações transitórias devem ser ajustadas com as massas na luta, sem esquecer as particularidades nacionais. (extraído do “Masas” boliviano n.º 1679, de 27/08/99)

Conferência do CERQUI (Comitê de Enlace para a Reconstrução da IV Internacional)

Assistiram as seções argentina, boliviana e brasileira e deu-se informes sobre atividades no Chile, Espanha e França.

Foi uma reunião importante dada a situação política que se vive no mundo inteiro.

A Linha Dominante nos Debates

Deu-se respostas aos problemas políticos fundamentais da época e aos que se referem ao fortalecimento da direção internacional. A questão chave para nós se refere a por em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, vale dizer a Quarta Internacional.

Não há nenhuma dúvida que a reconstrução da Internacional será facilitada pela assimilação autocrítica das experiências (acertos, frustrações, derrotas e vitórias) do movimento trotskista em escala mundial e particularmente em países em que teve maior relevância, como no caso da Bolívia. Os poristas deste país altioplânico chegaram ao trotskismo sobre a influência decisiva da Oposição de Esquerda de alguns países latino-americanos, que mais tarde formaram a IV Internacional, e da literatura marxista européia.

Na Bolívia atrasada, importamos por algum tempo a política revolucionária, e terminamos por exportá-la. Não é casual que, no exterior, se discuta o feito e o dito neste país isolado do resto do mundo. É esta realidade que obriga-nos a editar as

Obras Completas que contêm a elaboração, materialização e polêmica ao redor do marxismo-leninismo-trotskismo aplicado à realidade de um país capitalista atrasado clássico. Claro que o que muitos chamam de polêmica não é mais que um amontoado de falsificações, mentiras, calúnias, estupidez.

Quando se colocou a urgência de se assinalar o fato na Bolívia, isto porque por suas dimensões e por se constituir parte da cultura, da história do país, constitui um valioso suporte para fazer um poderoso Partido Mundial da Revolução Socialista solidamente cimentado. Alguns desligados e que prontamente se colocaram em evidência seu desbocado exitismo e seu afã de aparecer, disseram que isto era 'nacionalismo', produto das ditaduras burocráticas etc. Já sabemos por experiência própria e pela teoria que as cisões ao redor de colocações programáticas constitui uma forma de construção e de fortalecimento partidário.

Colocamos a seguir uma brevíssima referência do que o POR Boliviano realizou que deve ser discutida e assimilada criticamente, isto para o fortalecimento da IV Internacional:

Participação decisiva na transformação das massas operárias instintivas (instinto comunista) em classe proletária consciente, em Partido, em Programa. As 'Teses de Pulacayo' a formação da Central Operária nacional e depois da Central Operária Boliviana etc. fazem

parte do arsenal porista.

Contribuição ao esgotamento das ilusões democráticas nas massas, inclusive se utilizando do parlamento. Para materializar este objetivo chama o caminho até a insurreição.

Aporte a COB da primeira época para que se transformasse num órgão de poder, colocasse a dualidade de poder e formasse uma frente antiimperialista.

A Assembléia Popular e a Frente Revolucionária Antiimperialista (organizada no exílio depois do golpe gorila de agosto de 1971), foram também obra do POR.

O POR marcou a foga a superação da autonomia universitária mediante o cogoverno paritário docente/estudantil e a transformação da Assembléia Geral como autoridade máxima.

Ao analisar autocriticamente sua história; de constatar o fato de que forma parte da cultura do país (Bolívia é um país trotskizado); que participou da luta dos outros setores sociais; que evidenciou que a partir do seio do proletariado derrotou ideologicamente a burguesia, classe dominante servente do imperialismo; chegamos a conclusão que sua atuação mostra muitos traços excepcionais, da mesma forma como acontece com o país em que se trabalha.

Por isto temos lançado ao conhecimento de todos as *Obras Completas* da doutrina e da luta do POR.

(extraído do 'Masas' boliviano n.º 1676, de 30/07/99)

Guarulhos (SP), de Escândalo em Escândalo

Guarulhos não sai da imprensa. Mas isso não é motivo de orgulho para os guarulhenses, que já passam de 1 milhão de habitantes. É escândalo em cima de escândalo: assassinaram Manuel Resende, que era secretário da administração Nefi Tales, e depois o próprio Nefi foi afastado e cassado por enriquecimento ilícito, favorecimento à empreiteiras e bancos.

Com a posse de seu vice, Jovino Cândido, quando todos pensavam que o município ia seguir sua rotina, eis que surgem novas denúncias contra dezenove dos vinte e um vereadores, levando ao (até agora) suicídio do vereador Toninho Magalhães.

Mas os escândalos não param por aí, existem duas comissões investigando o atual prefeito.

Enquanto os escândalos ocorrem, o parque industrial guarulhense vai se atrofiando, com as empresas saindo do município e nenhuma medida para geração de emprego é realizada pela prefeitura.

O setor da saúde é outro caos, existe uma defasagem de 40 % de médicos, além de material hospitalar e remédios, fazendo com que unidades PA (pronto atendimento) e UBS (unidades básicas de saúde) estejam praticamente paradas. O município só conta com dois hospitais que atendem pelo SUS.

Na habitação, as coisas não são diferentes. Existem cerca de 30 favelas, além da falta de saneamento básico. Nas escolas faltam até merendas.

Esta situação vai se perpetuar assim, levando a cada dia as massas ao ridículo.

Para enfrentar esta situação as massas exploradas devem construir seus instrumentos de luta. Com a formação do Comitê de Ação Popular, esperamos estar ajudando a solucionar a falta de trabalho militante na região. É necessário que esta experiência seja ampliada para os outros bairros e que esta possa se transformar numa verdadeira Frente de Luta.

Trabalhemos com o programa proletário para ajudar a superar a consciência política burguesa dos trabalhadores

A ofensiva da burguesia em arrebatar as conquistas dos trabalhadores não cessa. Diariamente, assistimos a *novas iniciativas* neste terreno

Nos EEUU, no exame pró-imperialista aos principais candidatos da burguesia nacional a futuros ministros da economia, além de não tirar os pés do plano globalizado acordaram, entre outras medidas, uma nova reforma trabalhista.

O imperialismo e a burguesia nacional buscam a liquidação total das conquistas, dos convênios coletivos etc., para dar uma saída à crise estrutural do capitalismo. É a solução que têm os capitalistas: levar à maioria da humanidade à barbárie para resolver sua crise. O que põe em relevo a vigência do prognóstico de alternativa de Trotsky: **socialismo ou barbárie capitalista**.

Como percebem o problema os trabalhadores? O principal obstáculo para compreender e elevar a consciência dos trabalhadores argentinos é sua adesão à ideologia burguesa de qualquer signo, e como parte de seus problemas para se livrarem da burocracia traidora da CGT/CTA ou da CCC.

Essa influência se constata todos os dias. Forma parte da cultura, tem a força do costume, da tradição e são elementos de peso para que, sejam ou não viáveis, as políticas de mudança revolucionária.

Vejamos algumas. *O individualismo*: em todos os casos aborta as tarefas coletivas; como parte disto, os que querem *a saída individual*: são os que foram ganhos pelas idéias de que, com engenho e persistência, resolverão seus problemas à margem do conjunto; também faz parte *o caudilhismo*, os que fizeram acreditar que somente eles ou graças a eles se resolvem os problemas, e a pressão, respaldo e mobilização dos trabalhadores não são decisivos; também

como parte daquela influência estão os *figurões*, que são os que buscam reconhecimento, na maioria dos casos sem merecê-lo, mas que obstaculizam as tarefas e a clareza nas idéias; há os *intolerantes*, os que não permitem que se discutam as idéias, não escutam, não raciocinam e só querem impor suas idéias, há uma influência fascista neles; há os *que têm interesses mesquinhos* e se opõem à democracia operária, eles têm interesses de camarilhas e, no melhor dos casos, ao carecer de estratégia de classe, não vêm o valor do debate, da tarefa de amadurecer as idéias; há os que querem proteção para realizar qualquer medida de força, buscando algum padrinho na direção do grêmio/sindicato, algum requisito legal para se proteger; há os que nos colocam que as lutas devem ser feitas dentro do marco da lei. *Dentro da lei, tudo, fora da lei, nada*. Isto enquanto que com a lei nos estão matando, e, à medida que se afunda a crise, mais barbárie nos traz essa legalidade, há os que, assustados pela falta de respostas ao avanço patronal, idealizam *um novo sindicalismo*: conter as medidas de força, não colocar a luta porque pode assustar à patronal, à burocracia, que repreenderiam; há os que *esperam por algum milagre*, que as soluções venham do céu, há os *charlatães*, os que falam com um ar de sabedoria e confundem a gosto.

Poderiam-se enumerar muitas mais deformações que se observam diariamente nos lugares de trabalho. Tanto a burguesia como a burocracia têm responsabilidade nesta cultura da reação. Ambos desviam os trabalhadores de suas tarefas históricas e dos problemas e reivindicações cotidianas. Independizar politicamente e lutar por seus interesses é a tarefa que tem de ser resolvida. Cabe perguntar se os trabalhadores sozinhos poderão resolver aqueles obstáculos e estas tarefas. Em caso afirma-

tivo esperaríamos que os trabalhadores cheguem por si só a uma consciência de classe, ou seja, que já teriam essa consciência e que não atuam por qualquer motivo e esperam não se sabe o quê. Essa não é a realidade.

A realidade é que as lutas empreendidas não têm soluções tangíveis, práticas, porque estão sendo levadas pela ideologia e pelas direções que responde... politicamente à burguesia e à pequena-burguesia. Os partidos sempre expressam uma consciência de classe, alguns expressamente, outros de forma velada. É necessário que uma organização (o partido operário e o classismo revolucionário) explique e organize em função dos interesses históricos e imediatos dos operários, que marque continuamente a estratégia política para que possamos ter o objetivo final de nossas lutas, que nos explique em que país vivemos, em que mundo vivemos, quais são nossos interesses nesta sociedade e que critique e delimite as fileiras da classe operária, da reação e da contra-revolução.

Essa organização obrigatoriamente tem que ser revolucionária, pelas mudanças que tem de realizar, que subverter. A relação desse partido, desse classismo, fará que a consciência dos operários dêem um salto em direção à independência de classe e resolvam definitivamente seus problemas e dos da humanidade, reconhecendo-o como seu partido, como sua direção.

A esquerda reformista/revisionista se adapta ao atraso e à despolitização e em muitos casos termina transformando-se em porta-voz dos preconceitos dos trabalhadores. Não reconhece a natureza de classe e as dificuldades ideológicas que se apresentam e não as combatem, adaptando-se a elas.

(extraído do "Masas" argentino n.º 141, de 16/08/99)

O exitismo de "O Trabalho" frente à Constituinte de Chaves

Em sua edição de 9 a 23 de setembro, o jornal "O Trabalho", uma corrente do PT, no artigo intitulado "*O Povo diz e tem razão...*", mostra bem seu exitismo perante a Constituinte do governo venezuelano Chaves e seu afastamento do marxismo. Descreve as manifestações populares de apoio à Constituinte, no dia 2 de setembro. Exalta os

gritos: "*...a Assembléia é a revolução*".

Refere-se a um projeto do deputado Froilán Barrios, da Frente Constituinte dos Trabalhadores, que propõe o controle dos preços, a estabilidade no emprego etc. Propõe ainda a destituição de toda direção sindical com mandato vencido para realizar eleições. Enfim, o artigo, as-

sinado por Alberto Handfas, é puro entusiasmo. Não há uma só crítica.

"O Trabalho", certamente, vê nos acontecimentos legislativos da Venezuela uma confirmação de sua política de defesa de convocação de Constituinte. No Brasil, é sua bandeira de proa. Ocorre que, na Venezuela, são evidentes as MASSAS — 2ª quinzena de setembro de 1999 — 15

ilusões democráticas das massas, que deram uma esmagadora vitória a Chaves nas eleições presidenciais e a confirmou na Constituinte. Esta foi convocada por Chaves, encabeçando uma fração da burguesia nacional, com o propósito de colocar seu governo acima das disputas interburguesas, mas reafirmando todos os compromissos com o imperialismo. Alimentar a idéia de que tal Constituinte apresentará soluções populares, democráticas e antiimperialistas é adotar uma linha de submissão às disputas interburguesas e reforçar os grilhões que mantêm os explorados iludidos na democracia burguesa.

A defesa da convocação de uma Assembléia Constituinte, defendida no Programa de Transição, coloca-se quando é possível ligá-la à luta antiimperialista e camponesa e assim opor as massas ao regime burguês. Neste caso específico, poderia cumprir um papel de reivindicação transitória, não um fim em si mesma, mas para auxiliar na construção dos organismos de poder próprio das massas, totalmente distintos das instituições da democracia burguesa.

Na Venezuela, não há uma Constituinte revolucionária que expresse a luta direta da classe operária, camponeses e classe média urbana arruinada. O conflito de Chaves e a Constituinte com o Congresso, dominado pelos velhos partidos burgueses, é episódico, e a Constituinte é um instrumento das disputas interburguesas e de engano das massas, para desviá-las de sua ação direta por suas reivindicações para a via institucional.

Chaves esteve no Brasil e levou consigo a recomendação de FHC/Clinton de que evite uma ruptura, que precipite o país a uma guerra civil ou situação golpista. A direita venezuelana e toda burguesia latino-americana, apoiada no imperialismo, fizeram e fazem uma campanha direitista de um suposto golpismo da Constituinte contra o Congresso. Querem que este continue funcionando como contra-peso à maioria chavista na Constituinte.

Os governos latino-americanos mostraram que imporão isolamento a Chaves, caso este não amenize o confronto Constituinte/Congresso. Tudo indica que Chaves irá trabalhar nesta direção,

apesar do avanço da crise interburguesa e da difícil solução imediata.

A crise econômica se agrava e as massas vão exigir resultados. O governo populista não pode apresentá-los e fatalmente procurará unir a burguesia contra a rebelião dos de baixo. É preciso dizer que a Constituinte não é a revolução. Está apenas indicando uma tremenda crise de Estado.

É preciso que o proletariado e camponeses se unam sob um programa próprio, apóiem-se na luta de massa, armem-se e preparem as condições de luta pelo poder, que implicará varrer de conjunto os partidos da burguesia, incluindo aí Chaves. Porém, há um problema que precede: a inexistência do partido revolucionário. Sem esta ferramenta, a crise atual só poderá ter um desfecho contra-revolucionário. A vanguarda combatente tem a obrigação de se lançar a construir o partido marxista-leninista-trotskista. O que implica de início rebater qualquer ilusão constitucionista no poder burguês, por hora manejado por Chaves e seus aliados.

Pela Autodeterminação do Timor Leste: Fora a intervenção da ONU imperialista!

O Timor Leste tem uma longa trajetória de luta por sua emancipação nacional. Nas últimas décadas, está sob domínio da Indonésia. O governo deste país esteve durante mais de 30 anos nas mãos da família Suharto, apoiada pelo imperialismo. A quebra dos Tigres Asiáticos conduziu a um levante popular e à substituição de Suharto por um governo que contivesse as massas, a caminho da insurreição. Esse governo preserva a submissão do país ao imperialismo, que tem nele interesses valiosos, tais como a utilização de mão-de-obra semi-escrava (para as multinacionais Reebok e NIKE, Cerveja em Lata ANCHOR e sapatos vulcanizados ALL STAR), reservas petrolíferas e localização militar estratégica.

A convocação de um plebiscito sobre a separação da Indonésia parecia indicar que poderia-se alcançar sua independência. Como mais de 70% votaram por ela, o governo indonésio se viu encurralado. Incentivou então a ação dos grupos

paramilitares, anulando qualquer contenção da polícia ou exército. Os paramilitares passaram ao massacre contra os separatistas. Foram se criando as condições políticas favoráveis à intervenção externa. A imprensa internacional tem realizado uma campanha favorável à ação da ONU.

O massacre dos timorenses mostra que o movimento independentista não estava preparado para usar o método revolucionário para sua emancipação, que para ser vitoriosa depende de expulsar os opressores com a força das armas. Em outras palavras, depende da revolução proletária, que só pode se realizar com a ação do partido revolucionário, que não está presente.

A intervenção da ONU em marcha é uma agressão à autodeterminação. A ONU não é um organismo internacional neutro. É um instrumento do imperialismo norte-americano e europeu, e atende a seus interesses de opressão sobre a esmagadora maioria dos países. Os ata-

ques ao Iraque e à Iugoslávia mostram bem que a intervenção da ONU não leva à emancipação, ao contrário, aumentam a opressão.

O movimento de independência da nação timorense está dominado por correntes burguesas, que são incapazes de levar a luta independentista às últimas consequências (insurreição). A população tem de se organizar com independência de classe e rechaçar a intervenção externa.

A vitória do imperialismo reforçará seu domínio internacional e o estimulará a novas ações intervencionistas, como já acontece em relação à Colômbia. Por isso temos de trabalhar por sua derrota, que é a derrota da burguesia internacional. No Brasil, denunciemos a submissão do governo, que prepara tropas para servir aos intentos imperialistas de intervenção. Os movimentos operário, popular, camponês e estudantil devem se colocar contra a intervenção e exigir a autodeterminação do Timor.